

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
NÚCLEO FLUMINENSE DE ESTUDOS E PESQUISAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA  
CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA

**ENTRE O SABER POLICIAL E O SABER ACADÊMICO: UMA ANÁLISE DO  
PROCESSO DE INSERÇÃO DE POLICIAIS MILITARES NA UNIVERSIDADE**

**DANIEL CASTIAJO**

**NITERÓI**

**2017**

**ENTRE O SABER POLICIAL E O SABER ACADÊMICO: UMA ANÁLISE DO  
PROCESSO DE INSERÇÃO DE POLICIAIS MILITARES NA UNIVERSIDADE**

**Por:  
DANIEL CASTIAJO**

Monografia apresentada à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do Grau de Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública.

**NITERÓI**

**2017**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, pelo carinho e apoio dispensado em todos os momentos em que me empenhei neste trabalho. Em especial, aos meus filhos e esposa, pela compreensão das minhas faltas, em função das noites de estudo.

Ao corpo docente do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, que contribuiu de forma latente para a minha desconstrução; enquanto cidadão, universitário e, sobretudo, profissional da área da segurança pública.

Aos professores da Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela dedicação e afincamento que despenderam em todas as disciplinas, todos de alguma forma tiveram sua parcela de contribuição para o meu aprimoramento intelectual.

Ao professor Bóris Maia, a quem fico imensamente grato pela sua iluminada orientação, competência, companheirismo, seriedade e acolhida, que certamente levarei como postura exemplar por toda a minha existência.

Enfim, aos demais colegas em ambas as classes, seja na graduação ou especialização, que contribuíram para que eu pudesse me tornar melhor, pela oportunidade do diálogo, discussões e conflitos, entendidos por mim como positivos e necessários para a construção coletiva do nosso saber, visando um fazer policial comprometido com a democracia na sociedade e com o Estado Democrático de Direito.

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*

Eduardo Galeano

## RESUMO

CASTIAJO, Daniel. ENTRE O SABER POLICIAL E O SABER ACADÊMICO: uma análise do processo de inserção de policiais militares na universidade. Brasil, 2017, 37f. Monografia (Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública) – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

O presente trabalho pretende compreender o processo de inserção acadêmica dos estudantes do curso de tecnólogo em segurança pública e social, no pólo do Cederj/ São Gonçalo; buscando identificar a representação do conhecimento para os estudantes – policiais militares; possibilitando a compreensão de questões resultantes de possíveis conflitos. Assim, pretende-se entender como o acesso ao conhecimento afeta a desconstrução da identidade profissional dos agentes e como são administrados os conflitos existentes entre os dois modelos distintos: o saber proveniente das Ciências Sociais – passível às reflexões e questionamentos – e a formação militarista – dogmática e avessa à reflexão. A metodologia ancorou-se na etnografia, pela observação direta, entrevista norteada por um questionário semiestruturado e análise de dados qualitativos oriundos, especificamente, dos agentes da Polícia Militar, em distintas funções, posições hierárquicas, gênero e tempo de serviço, o que propiciou o entendimento do processo de inserção acadêmica dos agentes, pela análise comparativa em diferentes níveis de imersão dos estudantes.

**Palavras-chave:** Segurança pública. Administração de conflitos. Formação policial.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. CONTEXTO DA PESQUISA.....</b>	<b>10</b>
2.1 O CEDERJ E O PÓLO DE SÃO GONÇALO. ....	12
2.2 O CURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS PRECURSORES. ....	.14
2.3 METODOLOGIA. ....	18
<b>3. O PROCESSO DE INSERÇÃO NA UNIVERSIDADE: ANÁLISE DOS</b>	
<b>4. DADOS.....</b>	<b>.....21</b>
4.1 MOTIVAÇÕES PARA O INGRESSO NO CURSO. ....	21
4.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA ....	.23
4.3 AS EXPECTATIVAS PESSOAIS EM TORNO DO CURSO. ....	.24
4.4 POSSÍVEIS MUDANÇAS DE PERSPECTIVAS ACERCA DA PM. ....	.25
4.5 POSSÍVEIS MUDANÇAS DE PERSPECTIVAS NO GERAL ....	.26
4.6 A CRENÇA EM UMA POSSÍVEL MUDANÇA. ....	.27
4.7 EXPECTATIVAS ACERCA DO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA. ....	28
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
<b>7. ANEXO.....</b>	<b>37</b>



## 8. 1. INTRODUÇÃO

A caminhada é longa no que tange às compreensões das complexidades do interesse público, tanto que após pouco mais de três décadas de produções acadêmicas no campo das ciências sociais, principalmente em torno das áreas temáticas da violência, da criminalidade, da segurança pública e da justiça criminal, estamos nos deparando com um importante acúmulo de interpretações de materiais empíricos e análises. Temas que, inegavelmente, já vêm “tomando uma posição importante nos debates entre cientistas sociais”, de modo que vem se mostrando um campo propício para a compreensão dessas complexidades, visando o interesse público e se apresentando com extrema importância nestes debates, diante de um cenário de crise do sistema de segurança pública (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000, p. 45).

Neste sentido, sob um olhar específico para a formação, pretendo compreender o processo de inserção acadêmica de policiais militares, dando um enfoque para o papel que a educação ocupa nesse processo marcado pelo conflito entre os saberes oriundos das Ciências Sociais frente aos valores punitivo-repressivos, ainda presentes em nossa sociedade tradicional e reproduzidos nos mais variados níveis de socialização dos seus agentes.

Parto do pressuposto de uma ineficácia do aspecto belicista como prioridade no fazer policial cotidiano. De modo que tamanha ineficácia se mostra através dos inúmeros sinais de crise das ações que são apresentados à sociedade cotidianamente, demonstrando a crescente relação de descontentamento por parte das classes menos favorecidas e desprestigiadas, atrelada à disfunção do sistema de justiça criminal, bem como dos mecanismos de controle da criminalização.

Neste contexto, escolhi pesquisar o curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social, sobretudo, em função do meu apreço a este curso, mas também por necessitarmos de produções acadêmicas em torno das políticas públicas em segurança. Convém, também, ressaltar que componho o quadro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde 2002 e em 2014 iniciei o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), por via do Consórcio CECIERJ, em um Pólo de Educação a Distância situado em São Gonçalo, mesmo local em que hoje atuo como Tutor Presencial em disciplinas do primeiro e do terceiro período.

Durante toda a minha passagem pela graduação em Segurança Pública e Social vivenciei na pele as angústias de um estudante frente às questões que emergem no cotidiano



da segurança pública. Tais angústias me conduziram aos estudos, de modo a propiciar um olhar mais crítico acerca do fazer policial com vistas à promoção dos direitos humanos, de forma participativa e inclusiva, tendo como base o respeito à dignidade humana, às liberdades e garantias individuais que afirmem as igualdades de direitos de uma forma mais democrática possível.

Com estas aspirações o Curso Superior em Segurança Pública e Social se apresentou como uma promissora iniciativa, cujos princípios supracitados compõem seu enfoque fundamental. Tanto que meus estudos vêm corroborando para a percepção de que o campo da Segurança Pública, no Brasil, carece de políticas públicas que ensejem em melhorias na formação institucional, de modo a reproduzir tais valores.

Inegavelmente, por conta de uma série de fatores históricos, jurídicos e políticos, ainda permanece a concepção das práticas em segurança pública focada sob ótica da imposição da ordem estatal instituída. Tais fatores apontam para o desafio de se aprofundar neste tema, visto que pesquisas de campo embasadas nas Ciências Sociais vêm indicando para a necessidade da ampliação do debate público. Por isso, quase que exclusivamente, nos deparamos com ações repressivas de controle social, próprias dos processos institucionais que buscam a resolução dos conflitos, ao invés de tentarem alternativas que visem administrá-los. Esta crítica, inclusive, compõe um dos questionamentos que pretendo trabalhar posteriormente na identificação do problema.

Estudos acadêmicos no campo da Educação produzidos na minha primeira graduação em Pedagogia, concomitante com a minha vida profissional de policial militar – que desempenho há pouco mais de uma década –, convidaram-me para inúmeras reflexões e diálogos, de modo a mobilizar uma busca pessoal, tentando sanar frustrações e questionamentos em torno do meu fazer policial, propiciando a emergência de inquietações acerca da minha própria identidade. Outro motivo que me levou a desenvolver uma pesquisa voltada para a inserção acadêmica dos estudantes do curso (profissionais da segurança pública) é buscar entender como se dá o processo de socialização dos policiais militares matriculados no Curso de Tecnólogos em Segurança Pública e Social, tentando identificar se ocorria a reprodução do “*ethos* guerreiro” no ambiente acadêmico por parte dos agentes da segurança pública. Isso porque vivenciei inúmeras situações que evidenciaram essa questão na relação entre estudantes e tutores presenciais.

Neste sentido, para esta pesquisa, pretendo embasar meus estudos em autores considerados como referências em temas que englobam segurança pública, polícia, violência, criminalidade e formação policial. Pelo ponto de vista de suas análises que demarcam seus posicionamentos teóricos, críticos à própria concepção do fazer policial.

Inobstante, até bem pouco tempo, a segurança pública era um tema tratado majoritariamente pelo ponto de vista de cunho jurídico e militar, concebida por uma perspectiva normativa, estabelecendo conceitos militares de caráter repressivo, objetivando o controle social.

Pesquisas desenvolvidas até o presente momento apontam para o fato de que ambos os tipos de conflitos sociais não encontram, por parte dos agentes do sistema de segurança pública e por parte do campo jurídico, um padrão de administração conforme os princípios constitucionais de igualdade perante a lei e acesso universal à justiça. Tanto que os conflitos de proximidade parecem fugir da lógica da punição penal clássica, por envolverem situações de convívio cotidiano, que se vêem ocasionalmente atraídas ao sistema criminal, fazendo com que determinadas classes sejam inseridas aos processos de sujeição criminal.

No término desta pesquisa, pretendo compreender os motivos que levaram os policiais militares entrevistados a ingressarem em uma graduação em Segurança Pública e, assim, identificar possíveis distinções no decorrer do processo de inserção acadêmica. Neste sentido, tentarei responder as seguintes perguntas: Qual a importância da formação acadêmica para os estudantes entrevistados? Quais são as expectativas pessoais em torno do curso? Houve alguma mudança de perspectiva em torno da segurança pública?

E assim, compreender como a inserção acadêmica aplicável à segurança pública afeta na desconstrução da identidade profissional dos estudantes (agentes responsáveis pela repressão e controle social), voltando um olhar para o papel que a educação ocupa nesse processo marcado pelo conflito entre os saberes oriundos das ciências sociais frente aos valores punitivo-repressivos da sociedade tradicional.

Neste sentido, defini como tema de pesquisa a formação acadêmica de policiais militares no curso de tecnólogo em Segurança Pública e Social, direcionando o olhar para a compreensão do processo de acomodação dos saberes oriundos das ciências sociais.

## 9. 2. CONTEXTO DA PESQUISA

Delimitando para os estudantes policiais militares que frequentam as tutorias presenciais em um dos pólos situado em uma cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para tanto, convém explicar que o curso de tecnólogo em segurança pública foi oferecido inicialmente nos pólos CEDERJ do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Resende, Nova Friburgo, Petrópolis, Itaperuna e Angra dos Reis. Posteriormente foram incorporados ao curso os pólos de Niterói, Três Rios, Rio Bonito, Barra do Piraí e Belford Roxo, fazendo com que, só no segundo semestre de 2015, ingressassem 950 estudantes. Contudo, foram oferecidas 360 vagas para vestibular do segundo semestre de 2017, após uma redução das vagas decorrente da crise financeira que se abateu sobre o Estado nos últimos dois anos.

O curso é destinado especificamente aos profissionais da ativa na área da segurança pública (policiais militares, policiais civis, policiais federais, guardas municipais, bombeiros, agentes penitenciários, membros das forças armadas).

Diante da diversidade do público, busquei direcionar o meu foco de observação para os estudantes policiais militares, por entender que não daria conta da observação (direta e/ou participante) em tempo hábil para a apresentação deste trabalho.

Sendo assim, durante minhas observações nas tutorias presenciais, notei que entre todas as classes profissionais acima elencadas, os policiais militares não eram maioria, apesar de possuírem certa preferência na aquisição das vagas, visto que 80% delas são destinadas a policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro. Já as demais vagas, que correspondem a 20%, contemplam os profissionais da ativa das demais categorias, incluindo agentes portuários, policiais civis e militares de outros Estados da Federação. Tal definição também é atribuída aos estudantes que ingressam com a nota do Enem.

Como afirma Brandão (2007), entende-se que a própria experiência de trabalho de campo pode redefinir as hipóteses e as abordagens metodológicas propostas. Não obstante, levarei em consideração três hipóteses. A primeira que será testada é a de que os estudantes carregam consigo valores punitivo-repressivos cristalizados de uma formação dogmática contrária à reflexão, dificultando a imersão efetiva nos saberes da academia. A segunda hipótese é a de que os estudantes reproduzem constantemente comportamentos oriundos do fazer profissional cotidiano, refletindo o “*ethos* guerreiro” no ambiente instrucional, provocando certo temor nos tutores e demais profissionais do pólo. Por fim, a última hipótese

é a de que perpassa no imaginário dos estudantes a ideia de uma “ética policial” que os autoriza em determinadas condutas impróprias ao ambiente acadêmico, como o uso de meios ilícitos nas aplicações das AP’s (avaliações presenciais), bem como a exposição de armas de fogo em sala de aula.

Em suma, convém ressaltar que todas as questões supracitadas fizeram parte do meu cotidiano no curso de tecnólogo em segurança pública e social, fazendo com que emergissem descontentamentos por parte dos estudantes, ainda pouco imersos nos saberes acadêmicos. Sendo assim, apresentarei alguns fatos vivenciados que provocaram em mim sérias preocupações acerca das perspectivas promissoras em torno do curso, e estas buscarei elencar neste trabalho.

O curso de tecnólogo em segurança pública foi criado com o objetivo de formar profissionais de segurança pública, tanto que esse quesito está preconizado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnólogos do Ministério da Educação. Parte-se do pressuposto que a área da Segurança Pública abarca um conjunto de conteúdos e práticas, as quais busca-se analisar e propor reflexões, interferindo no cotidiano profissional desses agentes. Nesse sentido, possibilitam aos estudantes o acesso a estudos em torno dos processos institucionais de administração de conflitos, da violência e da criminalidade.

A despeito das propostas reflexivas, notei que alguns conflitos e incompreensões foram evidentes no decorrer do meu percurso como estudante do curso. Desde o início da minha inserção nesse espaço acadêmico inovador. Já que o curso se propõe a produzir conhecimento crítico, visando um pensar crítico acerca dos dilemas presentes em nossa sociedade.

Outro conflito se apresenta, à medida que os estudantes se distanciam do pensamento da segurança pública sob o ponto de vista do estado, e sim da sociedade. Sendo assim, creio que a proposta do curso vai muito mais além do que uma mera qualificação profissional e, de alguma forma, atua como um potencial promotor de desconstrução, ou até de reconstrução de identidades.

Contribuindo na compreensão destas questões, o antropólogo Marcos Veríssimo, em uma pesquisa de pós-doutorado acerca do curso de tecnólogo, ressalta que:

Alguns conflitos e incompreensões ocorreram desde o início [...], e quase sempre isso teve origem no contraste entre o *ethos* normalmente militarizado

dos profissionais da segurança pública e o *ethos* da universidade, na qual ingressam como alunos, não como militares. (VERÍSSIMO, 2015, p.8).

Diante da percepção de que os estudantes do curso convivem em um ambiente que provoca intensos deslocamentos em função dos conflitos e expectativas antagônicas, delimito meu problema de pesquisa para entender como a inserção acadêmica pode afetar a desconstrução da identidade profissional dos estudantes, voltando um olhar para o papel que a educação ocupa nesse processo marcado pelo conflito entre saberes oriundos das Ciências Sociais frente aos valores punitivo-repressivos, reproduzidos tradicionalmente em nossa sociedade.

## **10. 2.1 O CEDERJE E O PÓLO DE SÃO GONÇALO**

Realizei a pesquisa no Pólo UAB – Universidade Aberta do Brasil –, localizado no bairro do Gradim, município de São Gonçalo. Este pólo, através no Consórcio CECIERJ, disponibiliza a graduação semipresencial em Segurança Pública e Social pela UFF.

Iniciei uma revisão bibliográfica dos trabalhos relacionados aos temas: Direitos Humanos, políticas públicas, segurança pública e Educação; com o objetivo de delinear caminhos ou contribuições teóricas que serviriam de base para elucidações das questões propostas. Neste momento, tinha a concepção de que fosse necessário buscar a origem e o potencial explicativo de cada conceito, categoria ou noção utilizada, sem transportá-las inadequadamente para as realidades empíricas. Nesta etapa do trabalho, pesquisei teses, artigos e livros publicados sobre os temas, que contribuíram para a construção do referencial teórico da pesquisa.

Logo em seguida, foram realizadas observações sistemáticas no ambiente instrucional durante as tutorias presenciais, objetivando se aproximar do objeto estudado, coletando dados empíricos que contribuam para o entendimento da dinâmica da inserção do saber acadêmico.

No que diz respeito aos tutores que atuam no Pólo Cederj de São Gonçalo, não foi possível incluí-los no contexto da pesquisa, pois não haveria tempo suficiente que pudesse dar conta da análise das questões em torno das relações entre tutores e estudantes.

Sendo assim, objetivei compreender os elementos presentes nos diálogos das entrevistas, que foram realizadas de forma oportunas nas tutorias presenciais. Por meio da

análise do discurso pode articular a linguística com o *social e histórico*, nesse sentido, a linguagem serviu de fonte de análise e foi tratada, também, como material ideológico.

Segundo Magalhães (2006, p. 5): “A análise do discurso tem como propósito o debate teórico e metodológico do discurso, ou seja, a linguagem como prática social” e “parte de um processo social dinâmico”, de modo que “as identidades constituem-se nas relações sociais medidas pela linguagem como parte das práticas sociais”. Essa análise se deu através da observação sistemática no campo, frequentando periodicamente as tutorias presenciais. Não busquei nesta pesquisa saber se a abordagem e os métodos utilizados nas aulas tiveram ou não eficácia, e sim, como a inserção acadêmica pode afetar a desconstrução da identidade profissional dos estudantes, esta é a questão principal trabalhada como o problema de pesquisa.

Outra etapa de estudo se constituiu por via de entrevistas com questionário semi-estruturado, com estudantes de diferentes momentos no processo de formação com o intuito de identificar possíveis transformações no decorrer da vida acadêmica em torno do processo de formação vivenciado por eles. Sendo assim, creio que seja necessário perceber como a trajetória de vida do sujeito nunca pode ser deslocada do espaço social que o acompanha. Logo, é importante investigar o conjunto das relações objetivas que interagem com outros agentes envolvidos no mesmo espaço social, construindo assim um conjunto de agentes que se confrontam no mesmo campo e compartilham das mesmas possibilidades. Os resultados do método qualitativo de pesquisa serão alcançados através de um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, tratando as unidades sociais investigadas como totalidades.

Entende-se que tanto as hipóteses, quanto as teorias, são passíveis de alterações ao longo da pesquisa. Preocupação já demonstrada por Malinowski (1980):

Se um indivíduo inicia uma expedição com a determinação de provar certas hipóteses, se não é capaz de mudar constantemente seus pontos de vista e de rejeitá-los sem relutância, sob a pressão da evidência, é desnecessário dizer que seu trabalho será inútil. (op. cit., p. 45).

Devemos estar atentos para a conformação dos fatos, a teoria, sem perder de vista a importância que a teoria pode exercer sobre os fatos.

A priori, tinha projetado um trabalho de pesquisa qualitativa, com a coleta de dados etnográficos por via de entrevistas com questionário semi-estruturado (com questões abertas) e observação participante durante um mês de atuação nas tutorias presenciais. Também pretendia entrevistar estudantes do curso em diferentes momentos da formação. De modo que tornasse possível uma possível comparação e assim uma possível análise sob uma perspectiva comparada.

## **11. 2.2 O CURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS PRECURSORES**

No Brasil, a Segurança Pública vem sendo, tradicionalmente, objeto de formação e treinamento de profissionais vinculados às Academias das Forças Armadas e de Polícias, sob uma perspectiva dogmática do Direito, fazendo com que este seja ensinado de modo a submeter a sociedade às concepções cristalizadas em uma relação de poder pelas interpretações do real, ao invés de promover reflexões e debates que propiciem a integração da própria sociedade às diferentes e complexas realidades. Ao vincularmos esse modelo dogmático que, historicamente, se caracteriza por uma tradição punitivo-repressiva que estabelecem concepções conservadoras sobre a justiça, bem como a política brasileira, associando a categoria público ao domínio do Estado, se contrapondo às tradições jurídicas, políticas e sociais próprias dos Estados Democráticos de Direito.

Para tanto, Roberto Kant de Lima<sup>1</sup> enfatiza que necessitamos de uma formação que:

Objetivaria capacitar os policiais para o desempenho de sua função em estrita observância dos cânones norteadores da função policial numa sociedade democrática, tendo todos os direitos e deveres cívicos de todos, inclusive o dos policiais e, particularmente, os dos setores discriminados da sociedade, como marco delimitador da ação. Além disso, visaria prepará-los para atuar com responsabilidade e bom senso, compreendendo a importância do seu papel social, onde deve-se destacar sua habilidade em administrar conflitos através da utilização de técnicas discursivas, ou não, e de negociação pela persuasão e argumentação. Finalmente, transmitiria o aprendizado que caracteriza a produção de conhecimentos científicos –

---

<sup>1</sup> Roberto Kant de Lima, antropólogo, professor aposentado nos departamentos de Antropologia e Direito Público da UFF, atualmente exerce a função de Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Inovação da UFF.

verdades e fatos – de acordo com os princípios correntes na validação da produção científica contemporânea (KANT DE LIMA, 2008, p.255).

Neste cenário, emerge no âmbito da universidade pública a necessidade de garantir com qualidade a produção e reprodução de um campo de conhecimento, com uma contribuição multidisciplinar, seja pelo Direito, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, entre outras disciplinas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, propiciando a transformação da inflexão estatal da segurança pública, dando um enfoque para o viés do cidadão e da sociedade.

Essa perspectiva vem sendo construída desde o ano de 2000, quando a UFF iniciou o Curso de Especialização em Justiça Criminal e Segurança Pública, coordenado pelo Prof. Roberto Kant de Lima. Tal curso fora ministrado por pesquisadores de ponta do Brasil e do exterior, incluindo em sua primeira turma, policiais militares e representantes da sociedade civil com variadas formações acadêmicas, como: jornalismo, direito, serviço social, ciências sociais, história, etc. Contudo, nos últimos anos, também foram anexados ao Curso delegados da Polícia Civil matriculados no Curso Superior Integrado de Polícia, administrado pelo ISP (Instituto de Segurança Pública) da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Entre os anos de 2006 e 2007, a UFF ofereceu três turmas semestrais, a nível de extensão, para o Curso de Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal no Estado do Rio de Janeiro. Este curso contou com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, incorporando os estudantes da sociedade civil e das seguintes instituições da administração pública: Magistratura, Ministério Público, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro.

Os resultados foram bem acomodados em ambas as experiências, no que diz respeito à promoção de um espaço propício ao debate interdisciplinar e interinstitucional com profissionais da área da Segurança Pública e Justiça Criminal, membros da sociedade civil e pesquisadores. Foram produzidas valiosas pesquisas, de modo a explicitar problemas referentes à área da Segurança Pública.

Em nível de pós-graduação *stricto sensu*, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA – instituiu uma linha de pesquisa em “Segurança Pública, conflitos sociais e democracia”, que vem contribuindo na produção de estudos, qualificando



profissionais da área de maneira sistemática. A relevância deste campo pode ser evidenciada pela sua densidade acadêmica e pelo seu elevado número de dissertações, teses e trabalhos inscritos nos mais variados eventos nacionais.

Em 2009 foi aprovada a criação do INCT-InEAC – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos, da Universidade Federal Fluminense. Constituindo-se como um importante espaço de promoção dos Programas de pesquisa, bem como de Formação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, a respeito das formas institucionais de administração de conflitos nos diferentes âmbitos dos sistemas de Segurança Pública e de Justiça Criminal. Com o objetivo primordial de produção de conhecimentos empíricos, seja de forma qualitativa ou quantitativa, de modo a possibilitar a proposição e avaliação de políticas públicas. Principalmente nas áreas da Segurança Pública e do Acesso á Justiça, desenvolvendo tecnologias de intervenção social nesses campos.

O percurso foi árduo no que se refere ao desprendimento de esforços coletivos, de intenso debate e diálogos constantes, até que no ano de 2012, foi criado o Departamento de Segurança Pública na Faculdade de Direito que ensejou à criação do Curso de Graduação em Segurança Pública, visto por muitos como um projeto inovador, que gera discussões até o presente momento.

Em decorrência de uma série de circunstâncias históricas, jurídicas e políticas, não reproduzimos a ideia da segurança pública como uma construção da cidadania, e sim como uma imposição da ordem estatal instituída. Fazendo com que essa ideia não seja nutrida dos saberes normalizadores da vida social, dando espaço na maioria das vezes, para as formas repressivas de controle social, próprias dos processos institucionais de administração de conflitos em uma sociedade desigual. Isso, conseqüentemente, induz as instituições encarregadas da segurança pública e seus funcionários a não se verem como encarregados das funções propriamente policiais e judiciais da ordem jurídica contemporânea, como administradores institucionais de conflitos, mas como encarregados de sua repressão e supressão. Desse modo, ao refletir acerca de tais questões, Roberto Kant de Lima salienta que:

A cultura jurídica brasileira tem fundado sua autoridade na chamada dogmática jurídica, que é transmitida através de procedimentos escolásticos, também encontráveis na prática judiciária cotidiana. Tais procedimentos não só não buscam posições comuns de consenso que estabeleçam os “fatos”,

mas utilizam a técnica da vitória de uma tese sobre a outra, que prevê sua incomunicabilidade, com a conseqüente impossibilidade de argumentos, opondo-se frontalmente esta tecnologia de produção de verdades às formas de produção, legitimação e consagração de verdade vigentes na academia contemporânea, em especial no campo das ciências humanas e sociais, ao qual deveria estar subordinado o campo jurídico, se pretendesse a ele pertencer (KANT DE LIMA, 2008, p. 253).

Sendo assim, a proposta de um curso de Tecnólogo se situa, em relação a esse campo de conhecimento, como um lugar em que os profissionais terão acesso a uma formação prolongada, em relação aos cursos de especialização, onde os alunos terão acesso a um conteúdo a partir de outra perspectiva, às demandas de segurança e justiça da sociedade democrática e pluralista que desejamos construir, permitindo estudos profundos dos conteúdos e discussões acerca das experiências anteriores. O projeto aponta para o desenvolvimento de esforços no adensamento desta área de conhecimento já no primeiro nível de formação superior dos possíveis interessados.

Em conformidade com o exposto, entendo que o espaço dialógico resultante das diferentes perspectivas agregou novas abordagens sobre um conhecimento necessariamente interdisciplinar. De modo que a própria dinâmica de funcionamento do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública à Distância propicia a desconstrução de concepções cristalizadas. Assim, o curso tem a pretensão de agregar conhecimento aos profissionais da segurança pública, possibilitando a aplicação destes conhecimentos, na perspectiva das ciências humanas e sociais. Seja construindo ou reproduzindo novas concepções, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento de técnicas que se ocupem dos problemas da administração institucional de conflitos, da violência, da criminalidade, da ordem pública e social e do acesso à justiça.

Enfim, apesar das dificuldades e dos desafios apresentados a cada semestre letivo, o curso vem sendo conduzido com tais pretensões ambiciosas, propiciando o desenvolvimento desta área temática que emergem questões a todo instante em nosso cotidiano.

As turmas do curso semi-presencial de Tecnólogo em Segurança Pública e Social são compostas por adultos inseridos no mundo do trabalho, de modo que todos ocupam funções de operadores do sistema de segurança pública, com faixa etária variada. Em sua maioria, policiais militares, muito embora outras classes profissionais como os bombeiros militares,

policiais civis, guardas municipais, agentes penitenciários, policiais federais e militares das forças armadas, também compõem o corpo discente do curso.

Como preconizado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação, o curso estabelece “oferta exclusiva para profissionais de carreira da segurança pública”, para que venham atuar nas funções de gestão, planejamento, avaliação e execução de políticas públicas (ME, 2016, p.148).

## **12. 2.3 METODOLOGIA**

Em função do tempo disponível para a confecção deste trabalho, minha amostra foi composta por um total de treze entrevistados, já que a proposta de trabalho foi apenas a coleta de dados qualitativos oriundos, especificamente, dos agentes da Polícia Militar, em distintas funções, posições hierárquicas, gênero e tempo de serviço. De modo a propiciar o entendimento do processo de inserção acadêmica dos agentes, realizei a coleta de dados qualitativos em diferentes momentos do curso, distribuídos entre os estudantes do primeiro período, terceiro e quarto períodos e, por fim, os formados da primeira turma. Assim, foi possível fazer uma análise comparativa em diferentes níveis de imersão dos estudantes nos saberes acadêmicos.

Diante de tal especificação do objeto, não seria cabível a coleta de dados dos agentes que não fossem oriundos da PMERJ. Entre eles, os Guardas Municipais, Policiais Civis, Policiais Federais, Agentes Penitenciários e Militares das Forças Armadas que, muito embora sejam minoria entre os estudantes matriculados, correspondem à maioria entre os que frequentam as tutorias presenciais no Pólo em São Gonçalo. Este fator dificultou a captação dos dados em uma amostragem mais ampla e mais diversa entre os policiais militares.

Também não previ a dificuldade de entrevistar estudantes do quinto e último período do curso, visto que não é disponibilizado tutoria presencial para eles. Por isso, os estudantes formandos foram elencados entre os concluintes da primeira turma formada no Pólo, e que já tinham realizado a devida colação de grau. Só então pudemos estabelecer uma análise comparativa com os estudantes do primeiro período.

As entrevistas foram gravadas em um aplicativo de celular, arquivadas em formato de MP3, tendo seus diálogos transcritos e sistematizados em MS Excel. Totalizando treze estudantes, distribuídos da seguinte forma: quatro formados, dois do quarto período, dois do segundo período e cinco do primeiro período. Para tanto, a escolha destes estudantes tem a ver

com o meu objeto, visto que pretendia visualizar questões que emergissem em termos de um processo de formação.

Evitei a identificação, no entanto classifiquei-os pela idade, gênero, tempo de serviço na corporação, posto ou graduação, unidade operacional e natureza do serviço (serviço externo/atividade fim ou interno/administrativo). Como podemos observar no quadro a seguir:

Figura 1- Quadro demonstrativo dos estudantes entrevistados

Situação	GÊNERO	Ingresso	Idade	Temp. serviço (anos)	GRAD <sup>2</sup> .
FORMADO	MASCULINO	2014.1	33	11	CABO
FORMADO	MASCULINO	2014.1	36	11	CABO
FORMADO	MASCULINO	2014.1	34	6	SD
FORMADO	MASCULINO	2014.1	39	16	2° SGT
AL 4° PER	MASCULINO	2015.2	42	14	3° SGT
AL 4° PER	MASCULINO	2015.2	44	15	3° SGT
AL 2° PER	FEMININO	2016.2	33	7	CABO
AL 2° PER	MASCULINO	2016.2	42	17	2° SGT
AL 1° PER	FEMININO	2017.1	31	6	CABO
AL 1° PER	FEMININO	2017.1	36	6	CABO
AL 1° PER	MASCULINO	2017.1	46	17	2° SGT
AL 1° PER	MASCULINO	2017.1	36	11	CABO
AL 1° PER	MASCULINO	2017.1	35	4	SD

Os entrevistados tinham ciência da minha vida acadêmica, posto que sempre estive presente nos eventos institucionais do Pólo, às vezes como organizador e em outras apresentando trabalhos, isso de alguma forma, creio eu, fez com que a minha figura de ex-aluno do Pólo facilitasse a relação com os estudantes, principalmente os policiais militares.

Nesse momento tentei “não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender” de modo a “tomar as pessoas como elas são, senão oferecendo-lhes os instrumentos necessários para os apreender como necessários, por eles necessitar, relacionando-os metodicamente às causas e às razões que eles têm de ser como são” (BOURDIEU, 1997, p. 9).

<sup>2</sup> Este campo se refere à graduação no âmbito militar que segue: “SD” soldado; “SGT” sargento e “CABO”. Neste caso, entendo que seja relevante ressaltar que não é comum a presença de oficiais nas tutorias. Assim sendo, não tive como contemplá-los nesta pesquisa.

Buscando interpretar algo que se apresenta com extrema familiaridade, não pude deixar de buscar em Gilberto Velho uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais que versa sobre “a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho”. O mesmo autor afirma que seja preciso “que o pesquisador veja com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões” (VELHO, 2004, p. 123).

O fato de não haver tempo suficiente para uma pesquisa de campo mais profunda fez com que a observação participante perdesse espaço para a entrevista calcada sob o questionário semi-estruturado, de modo a possibilitar respostas abertas, havendo contato direto e pessoal com o universo investigado.

Contudo, em uma situação de pesquisa, notei que acabei me desvincilhando de alguns vínculos sociais, constituídos no decorrer dos anos em que estive no papel de estudante, deixando de lado boa parte da minha identidade social anterior. Sendo assim, Beaud e Weber (2007, p. 69) salientam que:

Tornar-se pesquisador é tornar-se necessariamente um pouco “esquisito” aos olhos dos outros na vida social ordinária. Passará a ser alguém que não pára de questionar, de ver as coisas ao redor com olhar distanciado e que demonstra, muitas vezes, curiosidade que as regras usuais da boa convivência poderiam qualificar de exageradas. O pesquisador é alguém que olha ou vê coisas que não deveriam ser vistas, que coloca questões por vezes embaraçosas, que pode dar aos outros (os pesquisados) a impressão de ‘invadir’.

Entendo que o fato de me apresentar como um posicionamento respeitoso e, sobretudo, como um “estranho benevolente e curioso” tornou possível trabalhar um tema tão complexo com um público, notadamente, avesso às possíveis exposições de angústias e frustrações acerca dos assuntos que preenchem o meu objeto. Neste momento, a ideia do tira era exatamente o que não pretendia transparecer “mas, sim o trabalho de um ‘estudante’ que pretende compreender” um contexto difícil, que é o de policial militar (BEAUD; WEBER, 2007, p. 70).

Diante dessa dificuldade, achei conveniente relembrar meus tempos de pesquisador de iniciação à docência. Momento em que buscava sanar minha falta de experiência nos

trabalhos de campo, encontrando nas orientações profícuas de Stéphane Beaud e Florence Weber algumas possibilidades de atuação. E, em uma destas, ressaltam a necessidade de estabelecer uma relação mais franca possível, inspirando “confiança” nos sujeitos pesquisados.

### **13. 3. O PROCESSO DE INSERÇÃO NA UNIVERSIDADE: ANÁLISE DOS DADOS**

Já explicitarei o contexto em que executei minha pesquisa de campo, delimitando o objeto e questões que pretendia compreender. Neste sentido, acerca da observação direta e/ou participante, me proponho neste capítulo a descrever acontecimentos pontuais que, de alguma forma, se mostram pertinentes para a compreensão.

Sendo assim, elaborei um roteiro de perguntas semiestruturado<sup>3</sup> utilizado como base para as entrevistas, levando em consideração o objetivo que me propus alcançar, de maneira que fosse possível a emergência de questões passíveis de análise.

#### **14. 3.1 MOTIVAÇÕES PARA O INGRESSO NO CURSO**

A primeira pergunta foi elaborada de modo a estabelecer o que os motivou a ingressarem no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social. Entre os formados ficou evidente que o principal motivo seria a ascensão ao oficialato da instituição. Em alguns momentos, pude perceber sinais de desânimo e frustração ao relatarem o fim de suas expectativas, posto que no último edital para o Curso de Formação de Oficiais da PMERJ, não contemplaram o curso de tecnólogo em segurança pública como requisito e sim o bacharelado em direito. Já os estudantes do 4º período relataram que o principal motivo foi decorrente da busca de um curso superior, o mesmo motivo relatado pelos estudantes do 2º e 1º períodos; um destes chegou a enaltecer a “busca do conhecimento”, contudo, outro chegou a afirmar que “antigamente” tinha a pretensão de ingressar no Curso de Formação de Oficiais da PMERJ.

Sendo assim, torna-se relevante ressaltar que comparando os dados entre diferentes etapas do processo de formação, os tecnólogos formados demonstram aparentes sinais de frustração acerca dos possíveis benefícios institucionais.

---

<sup>3</sup> Ver anexo o roteiro de entrevista semiestruturada.

Um dos tecnólogos entrevistados, CABO PM de 36 anos de idade, chegou a relatar que:

Foi a esperança de após o término desse curso, nós [...] sermos aplicados em um serviço que viabilizasse a uma atuação diferenciada da Segurança Pública, ou seja, uma instrução ou um quadro de oficiais em apartado, *né?* Dos quadros que a gente já conhece, como se fosse um quadro pedagógico etc. e tal [...]. A fim de que a gente pudesse é... Contribuir com o serviço policial, é [...] trazendo um pouco da teoria pra prática. Fazer [...] essa conexão entre a teoria. Entre o campo acadêmico e a prática. Essa era a minha expectativa inicial de entrar, realmente *poxa!* Ter uma condição melhor, *né?* (ENTREVISTADO 1, 2017).

O alinhamento deste discurso, em que sobressai certo desânimo, foi recorrente entre os tecnólogos formados no curso, fator que demonstra uma leve diferença se comparados aos demais estudantes em diferentes etapas do processo. As expectativas em torno de possíveis utilidades ainda permanecem latentes nas falas dos demais estudantes. Confirmando tal observação, um dos estudantes do primeiro período, que ocupa a graduação de cabo, assinalou que o que lhe motivou foi “adquirir conhecimento”, mas não só “adquirir conhecimento e ter a esperança que esse conhecimento adquirido seja um dia usado dentro da corporação”.

Sendo assim, a chama acesa da esperança por melhores serviços prestados, bem como a valorização pessoal do conhecimento, de alguma forma vão ao encontro dos objetivos do curso. Já que o curso tem como pretensão agregar conhecimento aos profissionais da segurança pública, possibilitando a aplicação destes conhecimentos, na perspectiva das ciências humanas e sociais. Seja construindo ou reproduzindo novas concepções, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento de técnicas que se ocupem dos problemas da administração institucional de conflitos, da violência, da criminalidade, da ordem pública e social e do acesso à justiça. Saberes que são apresentados gradativamente aos estudantes e que, por vezes, interligam diferentes disciplinas na construção do conhecimento.

Neste sentido, Veríssimo (2015, p. 7) salienta que:

A motivação manifesta dos gestores da segurança pública no estado do Rio de Janeiro foi a tentativa de fomentar uma melhor “qualificação

profissional” para os componentes das instituições de controle social ligadas aos governos federal, estadual e municipal [...].

Sobre este tópico específico que visa compreender as motivações dos estudantes para o ingresso no curso de graduação, podemos dizer que em uma visão geral do processo de inserção acadêmica, pela análise dos dados coletados, houve uma ligeira variação entre as diferentes etapas do processo, visto que os estudantes dos períodos iniciais, mesmo cientes das realidades concretas acerca da possível utilidade do curso na própria polícia militar, não deixaram de expressar suas crenças, ainda que em tímidos lapsos de otimismo. Algo que não foi observado nos relatos dos tecnólogos formados, já que, ao nutrirem a esperança por possíveis benefícios profissionais em um futuro próximo, acabaram transparecendo suas frustrações em suas palavras e expressões corporais.

### **15. 3.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA**

A segunda pergunta buscou identificar se os estudantes conseguiam perceber a importância da formação acadêmica aplicável às suas atividades, ou seja, como poderiam utilizar os novos conhecimentos no cotidiano da instituição policial. Os formandos, em sua maioria, relataram que, apesar da instituição não aparentar ser muito interessada em compor seus quadros de praças com profissionais de tamanha bagagem intelectual, conseguem perceber mudanças em suas vidas pessoais, porque se dizem modificados enquanto pessoa, atentos às transformações e abertos para novas perspectivas.

Entre os quatro estudantes do 4º período, dois disseram que o curso melhora o próprio fazer policial e que a importância está na compreensão de novas possibilidades, que propiciam novos entendimentos das questões, melhorando o próprio fazer no âmbito profissional e da própria instituição como um todo; os outros dois estudantes apenas ressaltaram o exercício da escrita como sendo importante para sua atividade profissional. Os estudantes do 2º período também ressaltaram que o desenvolvimento da escrita é um atributo essencial para um fazer policial de qualidade. Já os estudantes do 1º período não conseguiram identificar sequer um fator que fosse importante nas suas atividades. Talvez por estarem pouco acostumados com os conceitos trabalhados no decorrer da graduação. Tanto que, em uma das entrevistas, tive que insistir com a pergunta, mas notei que não conseguia me fazer entender quanto à importância da formação acadêmica para a atividade policial militar. Após



alguns segundos em silêncio, disse para não ficar com medo. Era uma aluna do primeiro período que me respondeu: “não é medo. É porque eu não sei como vou responder”.

Não satisfeito com a resposta, busquei outras palavras com o intuito de receber algum dado relevante, para saber o quê ela achava, ou de que forma os conhecimentos serviriam para a vida profissional e até possíveis utilidades. Em resposta à minha indagação, a estudante, de forma objetiva, assinalou que: “atualmente, nenhuma!”.

Neste caso, sob uma perspectiva mais ampla que torne possível a análise comparativa entre as diferentes etapas do processo, podemos dizer que houve uma significativa variação entre a concepção da importância do curso para a vida profissional. Os relatos dos tecnólogos formados são mais fundamentados e com mais clareza na conceituação das palavras, algo que não fora observado entre os relatos dos estudantes do primeiro período, mas entre os estudantes dos períodos intermediários, podemos perceber certo aprimoramento do vocabulário, bem como a aquisição dos conceitos trabalhados na graduação.

### **16. 3.3 AS EXPECTATIVAS PESSOAIS EM TORNO DO CURSO**

Com a terceira questão, quis identificar as expectativas pessoais em torno do curso, contudo as respostas foram muito parecidas com as respostas da primeira questão, que versou sobre os motivos do ingresso. Neste sentido ficou evidente que os motivos estão relacionados aos anseios por melhorias de condições profissionais, assim como as expectativas dos estudantes se mostraram calcadas na esperança do futuro, que engloba o desenvolvimento intelectual e, sobretudo, profissional.

Ao analisarmos os relatos dos estudantes, um fato curioso que me chamou a atenção para esta questão foi o relato de empoderamento dos tecnólogos formados, que expressaram suas expectativas pessoais de ascensão profissional fora da Polícia Militar, porque o curso superior os habilita para novas possibilidades profissionais, bem como para concursos públicos com salários maiores do que recebem atualmente. Um dos tecnólogos formados, o CABO PM de 34 anos, assinalou:

Eu acreditava que o curso de Tecnólogo em Segurança Pública seria o start de um novo momento em que a Segurança Pública no Brasil e no Rio de Janeiro iria experimentar. Mas não foi bem o que aconteceu. As minhas expectativas pessoais, elas estavam totalmente direcionadas ao

aproveitamento profissional. Além desse aproveitamento profissional, dentro da instituição, eu acreditava numa ascensão a nível de Estado e de governo. E em segundo plano, eu também acreditava... Ou melhor, no segundo plano, eu também buscava o nível superior, então não deixou de ser uma expectativa também o fato de eu poder me evadir da própria instituição. O Curso de Tecnólogo em Segurança Pública me fez refletir; me fez pensar; me fez enxergar às diversas dificuldades e mazelas da própria instituição e me colocou na condição de portador de nível superior. Hoje eu tenho condições de sair da instituição [...] (ENTREVISTADO 2, 2017).

Nesta questão, podemos perceber certa diferença entre os relatos dos estudantes nos distintos momentos do processo de formação. Constatei que quanto maior o grau de inserção acadêmica, maiores são as motivações para buscarem outras carreiras profissionais, talvez pelo fato dos formados terem experimentado o dissabor referente ao não reconhecimento institucional para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais.

#### **17. 3.4 POSSÍVEIS MUDANÇAS DE PERSPECTIVA ACERCA DA PM**

A quarta questão buscou identificar a concepção acerca da “função da polícia” na sociedade. Entre os formandos, foram recorrentes os relatos de que a função da polícia é de “garantir direitos” (individuais e coletivos), “promotora dos direitos humanos”, mas que a instituição acaba assumindo o papel de garantidora dos interesses do Governo e, assim, acaba atendendo aos interesses de quem ocupa o topo da pirâmide social, pelo “uso legítimo da violência”, um dos estudantes chegou a citar o Prof. Roberto Kant de Lima. Os estudantes do 4º período, em sua maioria, não aprofundaram seus argumentos, ressaltando de forma superficial que a função gira em torno da “repressão e prevenção” de “crimes”. Ambos relataram o caráter ostensivo do fazer policial, como se fosse “solucionadora de tudo”, deixando-a “sobrecarregada” e “desgastada” em sua função, mas acabam afirmando que o serviço é “*enxugação* de gelo”, uma categoria nativa entre policiais militares que denota a impossibilidade da resolução das questões. Os estudantes do 2º período, no geral, também afirmaram que a função da polícia seria de “resolver os problemas” e também ressaltaram o dilema de não conseguirem dar conta das questões sociais, isso ficou evidente nas expressões como: “*enxugação* de gelo”. Entre os estudantes do primeiro período, tive que insistir nas perguntas, porque não conseguiam responder sequer uma palavra, após várias investidas,

alguns até chegaram a relatar a função de “servir e proteger”, um brado que é comumente exaltado em cerimônias e atividades físicas na rotina militar. Um dos estudantes chegou a declarar que estava com “medo de falar um monte de besteira” e outro pediu para não responder a questão, isso significa que os concluintes conseguem ter representações sobre a função da polícia que não se resumem àquelas ensinadas nas instituições policiais.

Para Veríssimo (2015, p.14), buscando responder o motivo que torna os estudantes do curso de tecnólogo em segurança pública especialmente diferenciados, ressalta que:

Exatamente o fato de terem já uma bagagem corporativa, por assim dizer, policialesca no modo de ver o mundo e construir relações sociais, de modo que na realidade seria estranho se não se chocassem com um projeto compromissado com a desnaturalização e desconstrução de práticas e visões de mundo tidas até então como necessárias e inexoráveis.

Sendo assim, ao buscarmos uma análise geral do processo de formação, nota-se que quanto maior o grau de inserção no processo, maiores são as apropriações conceituais que são trabalhadas durante a graduação.

### **18. 3.5 POSSÍVEIS MUDANÇAS DE PERSPECTIVAS**

A quinta questão teve por objetivo identificar alguma mudança de perspectiva que pudesse ser relatada pelos estudantes. Entre os formandos, pude constatar expressões que denotam mudança de perspectiva no que tange à permanência nos quadros da instituição, visto que a maioria expressou o sentimento de desilusão com a falta de reconhecimento institucional, algo que não era sentido anteriormente. Outros disseram que se sentem mais “pensantes” ou que o curso teve serventia de modo a contribuir para ele “se separar um pouquinho mais do que a instituição apresenta”, neste relato entendo que a separação do que a instituição lhe apresenta quer dizer que o estudante está pensando além dos conteúdos apresentados nos cursos de formação no âmbito da Polícia Militar, tanto que “muitos paradigmas foram quebrados”, e, assim, “abriu uma perspectiva em demonstrar que o fazer policial não é um trabalho repetitivo” e possibilitou o entendimento de que devem “atender ao público de uma maneira mais eficaz [...] mais próximo da sociedade”. Já os estudantes do 4º período, chegaram a relatar mudanças acerca da noção do “conceito de violência” e de

“administração de conflitos”, um estudante chegou a declarar que pensava que a “polícia era só *porrada*, tiro e bomba”. Uma estudante, através de profundas reflexões, se declarou “preconceituosa com relação à pobre, bandido e favelado”, e disse estar desconstruindo tais impulsos com a busca do saber, de forma a compreender as razões das desigualdades sociais. Segunda ela, a educação seria o caminho para “conhecer e entender o problema”; já o outro estudante do quarto período não conseguiu se posicionar. Os demais estudantes do 1º e 2º períodos não souberam responder à pergunta.

No entanto, o CABO PM de 36 anos, tecnólogo em segurança pública, assinalou:

Que a instituição tão breve possa perceber que a solução desses problemas com relação à violência, ela está completamente atrelada à solução dos problemas sociais. Essa é uma das principais mudanças que eu espero e que acredito que irão acontecer a longo prazo. A sociedade e a própria instituição precisam passar por muita coisa ainda. Eu percebo que isso aí está muito longe, mas essa é a minha principal esperança de mudança na instituição. Além dessa mudança, tem as outras que a gente espera, valorização do policial é... A forma de organização e estrutura, *né?* Agente espera ainda que a PMERJ entenda que esta estrutura organizacional de hoje... ela é falha no aspecto da militarização, no aspecto do plano de carreira, no aspecto de valorização do policial [...] (ENTREVISTADO 3, 2017).

Convém ressaltar que entre os quatro tecnólogos formados entrevistados, o relato acima apresentado foi o que mais me chamou a atenção, por conseguir transparecer toda a sua autocrítica em relação à própria instituição. E, também, por expressar uma ponta de otimismo no que tange às possibilidades de futuro.

Contudo, em uma visão geral do processo de formação, assim como fora observado nas questões anteriores, quanto maior o grau de inserção acadêmica, maiores foram as apropriações dos conceitos trabalhados no curso, expressos nos termos, bem como no vocabulário, o que nos leva a crer que há uma relevante evolução no processo de aquisição conceitual da temática segurança pública em níveis acadêmicos.

### **19. 3.6 A CRENÇA EM MUDANÇAS INSTITUCIONAIS**

A sexta pergunta se refere à crença em alguma mudança institucional. Em resposta a esta questão, os formandos, no geral, não esperavam algum tipo de mudança institucional; apenas um chegou a demonstrar algum resquício de esperança e otimismo. Outro estudante chegou a citar o “aspecto da militarização” como sendo algo que poderia ser repensado, e até disse acreditar que uma mudança seja necessária, mas que dificilmente ocorrerá. Já os estudantes do 4º período não se mostraram esperançosos, seja pelo reconhecimento profissional, profissionalização, melhorias de estrutura, melhoria de tratamento aos policiais e seus dependentes, um estudante chegou a afirmar que precisa “ter um pouquinho” de esperança pelo menos. Entre os estudantes do 1º e 2º períodos, foi unânime a falta de esperança por alguma forma de mudança na instituição PMERJ, tanto que ficou recorrente respostas do tipo: “Não. Não espero mudanças porque eu vejo as coisas ruins acontecendo, entendeu? Não vejo perspectiva de melhora”, relatada por uma estudante do primeiro período.

Já outro estudante do segundo período, mesmo esboçando alguma desconfiança, assinalou que:

Até o momento, não. Eu aprendi a esperar sempre o melhor, esperar o pior eu acho que hum... Eu vejo distante. Acredito que um dia vai acontecer, não sei se eu vou *tá* na instituição e se eu vou presenciar isso, mas acho que um dia tem que melhorar [...] (ENTREVISTADO 4, 2017).

Neste caso, curiosamente, os estudantes do primeiro período acreditam menos em mudanças, em comparação com os estudantes que ocupam momentos mais avançados no processo, inclusive os tecnólogos formados. Ou seja, o fato nos leva a crer que o curso interfere nas perspectivas dos estudantes, de modo que com o passar do tempo da graduação, maiores são os vislumbres por mudanças na instituição, ainda que pequenas.

## **20. 3.7 EXPECTATIVAS ACERCA DO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

A sétima e última pergunta busca identificar as expectativas acerca do campo da Segurança Pública, enquanto um campo<sup>4</sup> do conhecimento acadêmico. Nesta questão,

---

<sup>4</sup> Neste caso, entende-se por “campo” como proposto por Pierre Bourdieu (1990), representando um espaço simbólico, marcado por lutas entre os agentes que determinam, validam e/ou legitimam representações. Para tanto, a noção de campo se expressa na capacidade de interpretar signos, em uma delimitação dos valores simbólicos. Sendo assim, no caso do campo da segurança pública, enquanto local empírico de socialização,

especificamente, os entrevistados do grupo de formandos conseguiram esboçar uma compreensão, tanto que chegaram a dizer que a segurança pública tende a se articular com outras instituições, englobando diferentes saberes, e também expressaram que ela se apresenta como um “campo em expansão”, com “novas áreas de pesquisa”. Enfim, os tecnólogos formados, em sua maioria, disseram que o campo da segurança pública pode propiciar “novas ferramentas e novas políticas públicas” de modo que “estudos acadêmicos devam apontar o norte onde haja uma unificação de todos os segmentos para prestar um serviço de qualidade”. Já os estudantes do 4º período, aparentaram não compreender a pergunta.

Assim sendo, entendo que o fato da não compreensão da pergunta não estaria relacionada à falta de entendimento, mas sim ao fato de eles não conseguirem pensar a segurança pública como uma área de conhecimento, tal como o curso propõe pensar, mas apenas de forma prática, concreta, a partir de seu cotidiano de trabalho. Quando o estudante fala em políticas públicas, articulação com outras instâncias, acaba expressando suas concepções resultante do tipo de conceito de segurança pública, mais abrangente, que o curso pretende apresentar aos graduandos.

Por isso, relacionaram, em geral, o campo da segurança pública ao campo de trabalho e não ao do conhecimento. Por fim, os estudantes do 1º e 2º períodos, novamente, responderam à questão de maneira parecida, contudo, também não conseguiram interpretar o que seria “campo do conhecimento”. Em um dado momento da entrevista, um estudante chegou a perguntar o que representava a nomenclatura “campo”, e após uma breve explicação, respondeu: “Ah! Sei lá, não sei explicar”.

Então, se compararmos os dados qualitativos entre diferentes níveis de inserção acadêmica, podemos identificar que o discurso fica mais denso nos termos teóricos e conceituais à medida que o estudante vai ascendendo no processo de formação acadêmica. Visto que, de alguma forma, os resultados mostraram uma mudança entre os estudantes entrevistados.

Em suma, finalizo a análise dos dados etnográficos ciente do papel fundamental da pesquisa como um processo sistemático de elaboração do conhecimento. Sendo assim, busquei apresentar os procedimentos utilizados para que fosse possível a compreensão dos meus resultados. Todavia, nem sempre o pesquisador descobre tudo o que pretende e, às

---

entendo que esteja em disputa pela imposição de significações, de modo a estabelecer o discurso acerca das questões de segurança pública.

vezes, descobre algo que não é fruto de uma sistematização pretendida. Neste sentido, aproveito para explicar que o tempo para a confecção deste trabalho não foi suficiente para dar conta de todas as demandas que emergiram no decorrer de minha pesquisa. Tanto que, à medida que o tempo foi passando, novos fatos foram ocorrendo e novas possibilidades de pesquisa surgiam paralelamente, o que me motiva a prosseguir nos estudos mais aprofundados e abrangentes em torno do tema.

## **21. 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante todo o período empenhado nesse trabalho etnográfico, direcionei o meu olhar para a formação, buscando compreender o processo de inserção acadêmica de policiais militares, dando um enfoque para o papel que a educação ocupa nesse processo marcado pelo conflito entre os saberes oriundos das Ciências Sociais frente aos valores punitivo-repressivos, que compõem os debates em torno das questões de segurança pública.

Iniciei minhas observações partindo do pressuposto de que haveria uma ineficácia do aspecto belicista como prioridade no fazer policial cotidiano, tendo como fundamento os inúmeros sinais de crise das ações que são apresentados à sociedade constantemente, demonstrando a crescente relação de descontentamento por parte das classes menos favorecidas e desprestigiadas, atrelada à disfunção do sistema de justiça criminal, bem como dos mecanismos de controle da criminalização.

Sendo assim, pesquisar o curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social me propiciou a busca de novas reflexões, tão necessárias para as produções acadêmicas em torno das políticas públicas em segurança.

Inicialmente me propus a contextualizar o tema abordado, expondo minha pretensão em compreender os motivos que levaram os policiais militares entrevistados a ingressarem em uma graduação em Segurança Pública e, assim, identificar possíveis distinções no decorrer do processo de inserção acadêmica. Neste sentido, apresentei as seguintes perguntas: Qual a importância da formação acadêmica para os estudantes entrevistados? Quais são as expectativas pessoais em torno do curso? Houve alguma mudança de perspectiva em torno da segurança pública?

Por via destas perguntas foi possível compreender como a inserção acadêmica aplicável à segurança pública afeta a desconstrução da identidade profissional dos estudantes

(agentes responsáveis pela repressão e controle social), voltando um olhar para o papel que a educação ocupa nesse processo marcado por conflitos.

Neste sentido, ao pesquisar a formação acadêmica de policiais militares no curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social, direcionei o olhar para a compreensão do processo de acomodação dos saberes oriundos das ciências sociais, de modo a possibilitar algumas respostas para minhas indagações.

Tomando como foco da pesquisa apenas estudantes que frequentavam as tutorias presenciais em um dos pólos, o de São Gonçalo, notei que entre todas as classes profissionais contempladas com o curso, os policiais militares não eram maioria nas tutorias presenciais, e sim os guardas municipais, apesar de 80% das vagas serem destinadas a policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado desta pesquisa esperava compreender as relações sociais que fizeram parte do meu cotidiano (como estudante e tutor) no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social, fazendo com que fosse possível identificar a emergência de questões relevantes por parte dos estudantes, ainda pouco socializados na academia.

A proposta do curso vai muito além de uma mera qualificação profissional e, de alguma forma, atua como um potencial promotor de desconstrução, ou até de reconstrução de identidades, algo que pretendia compreender no decorrer do processo de inserção acadêmica.

Diante da percepção de que os estudantes do curso convivem em um ambiente que provoca intensos deslocamentos em função dos conflitos e expectativas antagônicas, delimito meu problema de pesquisa para entender como a inserção acadêmica pode afetar a desconstrução da identidade profissional dos estudantes, voltando um olhar para o papel que a educação ocupa nesse processo marcado pelo conflito entre saberes oriundos das Ciências Sociais frente aos valores punitivo-repressivos, reproduzidos tradicionalmente em nossa sociedade.

Inicialmente, busquei apresentar o que motivou meus interlocutores a ingressarem no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social. Entre os tecnólogos formados, ficou evidente que o principal motivo seria a ascensão ao oficialato da instituição. Podemos dizer, também, que em uma visão geral do processo de inserção acadêmica, houve uma ligeira variação entre as diferentes etapas do processo, visto que os estudantes dos períodos iniciais, mesmo cientes das realidades concretas acerca da possível utilidade do curso na própria polícia militar, não deixaram de expressar lapsos de otimismo, algo que não foi observado nos



relatos dos tecnólogos formados, já que, ao nutrirem a esperança por possíveis benefícios profissionais em um futuro próximo, acabaram transparecendo suas frustrações em torno da questão.

Busquei identificar se os estudantes conseguiam perceber a importância da formação acadêmica aplicável às suas atividades. Os tecnólogos formados, em sua maioria, relataram que, apesar da instituição não aparentar ser muito interessada em compor seus quadros de praças com profissionais de tamanha bagagem intelectual, conseguem perceber mudanças em suas vidas pessoais, porque se dizem modificados enquanto pessoa, atentos às transformações e abertos para novas perspectivas. Já os estudantes inseridos em diferentes momentos do processo não conseguiram responder à pergunta. Podemos dizer, então, que em uma perspectiva mais ampla que torne possível a análise comparativa entre as diferentes etapas do processo, houve uma significativa variação entre a concepção da importância do curso para a vida profissional. Não obstante, os relatos dos tecnólogos formados são mais fundamentados e com mais clareza na conceituação das palavras, algo que não fora observado entre os relatos dos estudantes do primeiro período. De fato, para esta questão houve uma variação gradativa na fundamentação do discurso, tanto no vocabulário quanto na aquisição dos conceitos trabalhados durante a graduação.

Quanto às expectativas pessoais em torno do curso, ficou evidente que elas estão relacionadas aos anseios por melhorias de condições profissionais, assim como as expectativas dos estudantes se mostraram calcadas na esperança de um desenvolvimento intelectual e, sobretudo, profissional. Porém, convém ressaltar o empoderamento dos tecnólogos formados, que expressaram suas expectativas pessoais de ascensão profissional fora da Polícia Militar, já que o curso superior os habilita para novas possibilidades profissionais, bem como para concursos públicos com salários mais atrativos. Para esta questão, podemos perceber uma diferença entre os relatos dos estudantes nos distintos momentos do processo de formação. Quanto maior o grau de inserção acadêmica, maiores são as motivações para buscarem outras carreiras profissionais.

Ao pretender identificar a concepção acerca da “função da polícia” na sociedade, constatei que para os formados a função da polícia é de “garantir direitos” (individuais e coletivos), “promotora dos direitos humanos”, mas que a instituição acaba assumindo o papel de garantidora dos interesses do Governo e, assim, acaba atendendo aos interesses de quem ocupa o topo da pirâmide social, pelo “uso legítimo da violência”. Já os estudantes do 4º

período, em sua maioria, não aprofundaram seus argumentos, mas ambos relataram o caráter ostensivo do fazer policial. Quanto maior o grau de inserção no processo, maiores são as apropriações conceituais que são trabalhadas durante a graduação.

Entre os formandos, pude constatar expressões que denotam mudança de perspectiva no que tange à permanência nos quadros da instituição, visto que a maioria expressou o sentimento de desilusão com a falta de reconhecimento institucional, algo que não era sentido anteriormente. Já a análise da crença em alguma mudança institucional, trouxe como resultado, em sua maioria, que os estudantes não esperam que isso ocorra. Um fato curioso que convém ser destacado é que os estudantes do primeiro período acreditam menos em mudanças, em comparação com os estudantes que ocupam momentos mais avançados no processo, inclusive os tecnólogos formados. Ou seja, o fato nos leva a crer que o curso interfere nas perspectivas dos estudantes, de modo que com o passar do tempo da graduação, maiores são os vislumbres por mudanças na instituição, ainda que pequenas. Enfim, entendo que os resultados destas indicam que houve uma relevante evolução no processo de aquisição conceitual da temática segurança pública em níveis acadêmicos.

Pretendi também identificar as expectativas acerca do campo da Segurança Pública. Para tanto, se compararmos os dados qualitativos entre diferentes níveis de inserção acadêmica, podemos identificar que o discurso fica mais denso nos termos teóricos e conceituais à medida que os estudantes vão ascendendo no processo de formação acadêmica.

Em suma, finalizo meu trabalho com o sentimento de responsabilidade e inquietude, assumindo meu papel de mediador no processo de transformação emergente na contemporaneidade. Contudo, em vez de respostas, trago comigo mais questões para reflexão, visto que os atores no campo da segurança pública estão em constantes disputas, e as ciências sociais vêm cada vez mais, em oposição ao ensino dogmático, buscando a multiplicidade de orientações contraditórias, dentro e fora das diferentes disciplinas jurídicas que carregam consigo o objetivo genérico de “pacificação” da sociedade pela extinção das lides. Neste caso, o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social carrega consigo uma “missão” árdua ao se contrapor às ausências de reflexões sobre as práticas institucionais, que tendem à rejeição da autoridade dos dados provenientes das pesquisas empíricas.

No campo militar, o ensino toma como base o caráter instrucional e instrumental do conhecimento, enfatizando o combate, a guerra, a destruição do inimigo; com o ideal de pacificação pela eliminação do conflito e o compromisso instrumental com a solução,

dificultando o diálogo. Ao contrário, o campo das Ciências Sociais estimula a construção do conhecimento por via de interlocuções entre os diferentes sujeitos, de modo a problematizar sistematicamente os fatos e suas categorias, buscando interpretá-los através de pesquisas empíricas (qualitativas e quantitativas), passível ao consenso provisório dos fatos.

Sendo assim, nota-se a existência de um “choque cultural” em decorrência do processo de inclusão nas sociabilidades policiais, fazendo com que a proposta do curso seja mais hercúlea do que eu imaginava. Neste sentido, entendo que cabe à universidade cumprir o seu papel de destaque na produção e reprodução crítica do conhecimento, por via de pesquisa, ensino e extensão, comprometida com a democracia. Mesmo que o caminho nos leve para o horizonte desconhecido, que ele seja profícuo nas criações, nas problematizações, visando a constante formação de profissionais qualificados para o efetivo cumprimento das suas funções, que comumente são expressas em um brado: “servir e proteger!” todos, sem distinção.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. O Campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Pierre Boudieu. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmedi. São Paulo: Ática, 1983.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. Reflexões de como fazer trabalho de campo. Sociedade e Cultura, V. 10, N. 1, p. 11-27, Jan./Jun. 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 3ª Ed., Brasília: Ministério da Educação, 2016.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

KANT DE LIMA, Roberto. A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

\_\_\_\_\_. Espaço Público, Sistemas de Controle Social e Práticas Policiais: O caso brasileiro em perspectiva comparada. Direitos Humanos: Temas e Perspectivas. Org.: NOVAES, Regina. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2001.

\_\_\_\_\_. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: A Formação em Questão In: KANT DE LIMA, R & MISSE, M (org.) In.: Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, n.50, 2º sem 2000.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2014.

MAGALHÃES, Izabel. Discurso, ética e identidade de gênero. In.: MAGALHÃES, I; CORACINI, M. J.; GRIGOLETO, M. (Orgs.) Práticas identitárias: língua e discurso. São Carlos: Claraluz, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo método e alcance desta pesquisa. In.: Guimarães, Zaluar Alba. Desvendando Mascaras Sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. 2ª Ed. 1980.

MORA, José Ferrater. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

ROCHA, A. Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Org.: Ana Beatriz Leal, Íbis Silva Pereira e Oswaldo Munteal Filho – Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In.: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea, reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VERÍSSIMO, Marcos. O medo de errar e o *ethos* da Polícia Militar no Rio de Janeiro. In: PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía (Orgs.). Políticas Públicas de Segurança e Práticas Policiais no Brasil. Niterói: EDUFF, 2009.

\_\_\_\_\_. Quando a Polícia vai à Faculdade: “inclusão social” ou “choque cultural”? In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Porto Alegre: Anais do evento, 2015.

## ANEXO 1

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

INGRESSO: _____ SITUAÇÃO: ( ) FORMADO / (...) ESTUDANTE – PERÍODO _____
IDADE: ___ GÊNERO: _____ TEMPO DE SERVIÇO: _____ GRADUAÇÃO: _____
NATUREZA DO SERVIÇO: _____ UNIDADE DA PMERJ: _____

- 1) O QUE TE MOTIVOU A INGRESSAR NO CURSO DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL DA UFF?
- 2) QUAL A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA A SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL?
- 3) QUAIS SÃO AS SUAS EXPECTATIVAS PESSOAIS EM TORNO DO CURSO DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA?
- 4) QUAL A SUA CONCEPÇÃO ACERCA DA “FUNÇÃO DA POLÍCIA” NA SOCIEDADE?
- 5) O CURSO LHE PROPICIOU ALGUMA MUDANÇA DE PERSPECTIVA? QUAIS? COMO OCORRERAM?
- 6) VOCÊ ESPERA ALGUMA MUDANÇA EM SUA INSTITUIÇÃO?
- 7) QUAIS SÃO AS SUAS EXPECTATIVAS ACERCA DO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA?